

**Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de sete postos de trabalho do Mapa de Pessoal do Município do Bombarral, na modalidade de relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários**

1 – Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 2 de maio de 2018, se encontram abertos, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), e na página eletrónica do Município do Bombarral, procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de sete postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal para 2018, pertencentes à carreira/categoria de Técnico Superior.

**1.1 Identificação dos postos de trabalho:**

- Ref.<sup>a</sup> A) - 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área das Relações Públicas, Comunicação e Imagem;
- Ref.<sup>a</sup> B) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área da Cultura e Turismo;
- Ref.<sup>a</sup> C) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área da Educação, Juventude e Desporto;
- Ref.<sup>a</sup> D) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área dos Assuntos Sociais e Saúde;
- Ref.<sup>a</sup> E) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área dos Assuntos Sociais e Saúde;
- Ref.<sup>a</sup> F) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área da Educação, Juventude e Desporto;
- Ref.<sup>a</sup> G) – 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções na área das Obras e Infraestruturas Municipais.

2 – Caracterização dos postos de trabalho: Exercício de funções inerentes à carreira/categoria de técnico superior, com grau de complexidade 3 de acordo com o anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

- ✓ Ref.<sup>a</sup> A) – Coligir e organizar a documentação para divulgação pela comunicação social; Definir e implementar a imagem institucional do Município; Receber e tratar a informação divulgada pelos órgãos de comunicação social de interesse para a Câmara Municipal e promover a sua divulgação interna; Apoiar os órgãos municipais no seu funcionamento,

nomeadamente, nas relações com os órgãos de comunicação social; Estabelecer relações de colaboração com os meios de comunicação social em geral, e em especial com os de expressão regional e local, procedendo à recolha, análise e divulgação das notícias, trabalhos jornalísticos ou opiniões publicadas sobre o Município e a atuação dos órgãos e serviços autárquicos; Preparar, elaborar, editar e distribuir publicações periódicas de informação geral, nomeadamente, Newsletters, que visem a promoção e divulgação das atividades dos serviços municipais, interna e externamente; Promover os registos audiovisuais regulares dos principais eventos ocorridos no Concelho ou que tenham relação com a atividade autárquica, procedendo ao respetivo tratamento em função das utilizações; Preparar conteúdos informativos para o sítio da Autarquia na Internet; Preparar as cerimónias protocolares da responsabilidade do Município; Organizar o acompanhamento das entidades oficiais ou estrangeiras de visita ao Município; Assegurar, em articulação com outros serviços municipais, o apoio a exposições, certames ou outros eventos a estes equiparáveis.

- ✓ Ref.<sup>a</sup> B) – Desenvolve funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior; Faz investigação e estuda a história regional e local; Procede à organização, conservação e estudo dos fundos documentais; Inventariação e documentação de coleções museológicas; Organização de reservas museológicas; Preparação e coordenação de serviços educativos para as visitas guiadas sobre a história e património locais; Conservação preventiva; Desenvolve também as atividades de prospeção, escavação, peritagem e informações. Executa ou coordena a execução de todos os trabalhos específicos no âmbito da arqueologia, no campo ou em meio urbano.
- ✓ Ref.<sup>a</sup> C) – Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Programa e desenvolve atividades de natureza desportiva que se dirijam à população do concelho, numa perspetiva de desporto para todos; Apoia atividades de natureza desportiva nos mais diversos níveis competitivos dinamizadas por entidades públicas e privadas, tendo em vista a democratização da prática desportiva; Prepara, executa e avalia programas e medidas de formação desportiva de técnicos, atletas e dirigentes desportivos do concelho; Desenvolve aulas de natação, hidroginástica e hidropower.
- ✓ Ref.<sup>a</sup> D) – Exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e



serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores; Faz consultas de Psicologia Clínica; Gestão do Núcleo de Intervenção Local para a Área da Violência Doméstica (NILAVD); Atendimento encaminhamentos e intervenção comunitária; Coordenar área da Cidadania, Igualdade de Género e Não-Discriminação; Operacionalização do Plano Municipal para a Igualdade; Participar na Supra Concelhia no Grupo das Crianças e Jovens; Participar nas reuniões da Rede Distrital de Estruturas de Atendimento a Vitimas de Violência Doméstica;

✓ Ref.<sup>a</sup> E) – Efetua estudos que detetem as carências sociais da comunidade em geral e de grupos específicos em particular, propondo as medidas adequadas, com vista à sua eliminação; Efetua o atendimento dos munícipes que recorram aos serviços, estudando os problemas apresentados, em ordem à identificação e acionamento dos meios, respostas e, ou, encaminhamentos mais adequados aos problemas diagnosticados; Assegura um acompanhamento sistemático e regular às famílias e indivíduos em situação de carência e ou de risco, no quadro dos programas de inserção contratualizados; Propõe e garante a participação em organismos, em projetos nacionais e europeus, relacionados com as problemáticas sociais; Elabora o planeamento e a programação operacional da atividade decorrente nos domínios dos assuntos sociais e promoção comunitária; Propõe e desenvolve respostas sociais de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade, no sentido de desenvolver o bem-estar social; Apoia associações e coletividades que desenvolvam atividades em parceria com a Câmara Municipal na área da Ação Social; Coordena a conceção, construção, manutenção e requalificação das habitações sociais, em estreita colaboração com outros serviços municipais; Fomenta e gere o parque habitacional de arrendamento social;

✓ Ref.<sup>a</sup> F) – Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Programa e desenvolve atividades de natureza desportiva que se dirijam à população do concelho, numa perspetiva de desporto para todos; Apoia atividades de natureza desportiva nos mais diversos níveis competitivos dinamizadas por entidades públicas e privadas, tendo em vista a democratização da prática desportiva; Prepara, executa e avalia programas e medidas de formação desportiva de técnicos, atletas e dirigentes desportivos do concelho; Coordena as instalações desportivas municipais  
Desenvolve aulas de natação



Ref.<sup>a</sup> G) – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, elaborando, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, sobretudo na área de engenharia civil, ramo estruturas e construção, designadamente:

Conceber e analisar projetos de obras de urbanização, arruamentos, sistemas de drenagem de águas pluviais e domésticas e de abastecimento de águas;

Preparar o plano das obras por administração direta e coordenar as operações à medida que os trabalhos prosseguem;

Elaborar estudos e projetos de engenharia referentes à construção, manutenção e restauro de edifícios, equipamentos e infraestruturas;

Elaborar ou validar projetos de segurança em obra e assegurar a coordenação de segurança em obra,

Preparar, organizar e superintender os trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes;

Fiscalizar e dirigir tecnicamente obras;

Realizar vistorias técnicas;

Conceber e realizar planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários;

Preparar os elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente, elaborar o programa de concurso e caderno de encargos.

Constituir júri de concursos de contratação pública.

Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

Responsável pela área da segurança e higiene no trabalho.

3 – Habilitações literárias exigidas: Titularidade de curso superior que confira o grau de licenciatura nas seguintes áreas:

- Ref.<sup>a</sup> A) – Comunicação e Jornalismo;
- Ref.<sup>a</sup> B) – História;
- Ref.<sup>a</sup> C) – Motricidade Humana;
- Ref.<sup>a</sup> D) – Psicologia;
- Ref.<sup>a</sup> E) – Ciências Sociais;

- Ref.<sup>a</sup> F) – Educação Física e Desporto;
- Ref.<sup>a</sup> G) – Engenharia Civil

4 - Determinação do posicionamento remuneratório: De acordo com a alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro, o posicionamento remuneratório é o seguinte: carreira/categoria de técnico superior – 2.º posição remuneratória/nível 15, a que corresponde a remuneração de 1 201,48 €.

5 – Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; Código do Procedimento Administrativo.

5.1 – O procedimento concursal destina-se à ocupação de sete postos de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

5.2 – O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

6 – Local de Trabalho: Área do Município do Bombarral

7 – Requisitos de Admissão:

Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro:

7.1 – Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, designadamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória

7.2 – Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 3 do presente aviso.

7.3 – No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

8 – Prazo e forma para apresentação de candidaturas:

8.1 – Prazo: dez (10) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica do Município.

8.2 – Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível no setor de recursos humanos ou na página eletrónica do Município em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt), podendo ser enviadas por via eletrónica para o endereço de email [recursoshumanos@cm-bombarral.pt](mailto:recursoshumanos@cm-bombarral.pt), até às 24:00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção para Câmara Municipal do Bombarral, Praça do Município, 2540-046 Bombarral, ou pessoalmente no setor de Atendimento e Expediente Geral.

8.3 – No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico, caso exista); habilitações académicas e profissionais.

8.4 – A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado;
- b) Fotocópia dos certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias;

8.5 - Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.6 - São motivos de exclusão, sem prejuízo de outros legalmente previstos:

- a) Não estar abrangido pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro e da decisão do órgão executivo prevista no n.º 3 do artigo 2.º do referido diploma;
- b) A apresentação de candidaturas fora do prazo;
- c) A falta de entrega dos documentos previstos no ponto 8.4;

8.7 – São igualmente excluídos, não sendo convocados para os métodos seguintes, os candidatos que:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável);



- c) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação de dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 9.3 do presente aviso;
- d) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular.

9 – Métodos de seleção. Nos termos do n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, os métodos de seleção obrigatórios são a Avaliação Curricular, e havendo mais de um opositor no recrutamento para o mesmo posto de trabalho, é ainda aplicável a Entrevista Profissional de Seleção.

9.1 – Avaliação Curricular (AC) – Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica, formação profissional relevante para o desempenho das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso. A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a classificação obtida através da média aritmética e simples dos elementos a avaliar.

9.2 – Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Serão avaliados os seguintes parâmetros: Motivação e maturidade para o desempenho do lugar, Interesse e Experiência Profissional, Capacidade de Expressão, Espírito de iniciativa e preocupação com a valorização e atualização profissional. A Entrevista Profissional de Seleção será realizada pelo júri.

9.3 – Classificação Final (CF):

- a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores;
- b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a classificação final será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:

$$CF = AC (70\%) + EPS (30\%)$$

CF - Classificação Final,

AC - Avaliação Curricular,

EPS – Entrevista Profissional de Seleção.

9.4 – No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio



eletrónico, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, local e hora de realização do referido método de seleção.

9.5 – A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal e na sua página eletrónica.

9.6 – Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

9.7 – As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultados aos candidatos, sempre que solicitadas.

9.8 – A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Município do Bombaral, após aplicação dos métodos de seleção.

9.9 – O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

#### 10 – Composição do Júri:

- Ref.ª A) – Vogais Efetivos: Presidente - Elsa Margarida Costa Santos, Técnica Superior, Cidália Maria Pancrácio dos Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria Goreti Jacinto Oliveira, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Sérgio Manuel da Silva Duarte e Joaquim José Correia Roque, Técnicos Superiores;
- Ref.ª B) – Vogais Efetivos: Presidente – Elsa Margarida Costa Santos, Técnica Superior, Maria Goreti Jacinto Oliveira que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Sérgio Manuel da Silva Duarte e Cláudia Maria Faria Abreu Campos e Silva, Técnicos Superiores;
- Ref.ª C) – Vogais Efetivos: Presidente – Maria Goreti Jacinto Oliveira, Técnica Superior, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Cláudia Maria Faria Abreu Campos e Silva e Joaquim José Correia Roque, Técnicos Superiores;
- Ref.ª D) – Vogais Efetivos: Presidente – Maria Goreti Jacinto Oliveira, Técnica Superior, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Cláudia Maria Faria Abreu Campos e Silva e Joaquim José Correia Roque, Técnicos Superiores;





- Ref.<sup>a</sup> E) – Vogais Efetivos: Presidente - Maria Goreti Jacinto Oliveira, Técnica Superior, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Cláudia Maria Faria Abreu Campos e Silva e Joaquim José Correia Roque, Técnicos Superiores;
- Ref.<sup>a</sup> F) – Vogais Efetivos: Presidente - Maria Goreti Jacinto Oliveira, Técnica Superior, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Cláudia Maria Faria Abreu Campos e Silva e Joaquim José Correia Roque, Técnicos Superiores;
- Ref.<sup>a</sup> G) – Vogais Efetivos: Presidente - Maria Antónia Palma Vargas, Técnica Superior, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores; Vogais Suplentes: Márcia Maria Monteiro de Carvalho e Catarina Joanaz Branco, Técnicas Superiores;

11 – A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP, afixada em local público e visível nas instalações da Câmara Municipal do Bombarral e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.<sup>a</sup> série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

12 – Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Município do Bombarral ([www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt)).

Bombarral, 08 de maio de 2018.

O Presidente da Câmara

  
  
Ricardo Manuel da Silva Fernandes

